

Os desafios e possíveis caminhos do psicólogo frente à ideia de deficiência no ambiente escolar e sua responsabilização ética

Karolina Rodrigues Pereira de Lima¹

A escola constantemente é desvinculada da sociedade no discurso do senso comum; sua estrutura, seus fenômenos, sua cultura são colocados à margem da sociedade, como algo estranho e desvinculado da vida em comum. O sistema escolar faz parte da sociedade muito mais do que nos atrevemos a ver, faz parte, por exemplo, da construção dos preconceitos implicados na própria concepção de deficiência e que habitam em todos nós. Atrevo-me a afirmar tão categoricamente porque outros bem antes de mim o fizeram com maestria. Conforme Vigotski (2003), a escola czarista residente na cultura ocidental e capitalista promove e é promovida pela visão fatalista sobre o ser humano. A visão fatalista provém de uma atitude perante o outro que reduz suas capacidades em razão do que é normalizado, do que se espera que ele faça; parte do pressuposto de que existe uma linha clara que separa a normalidade da anormalidade, sendo o anormal aquele que tem faltas de ordem biológica comparado àquele que é considerado normal (BRITO, 2005).

A psicologia contribuiu e contribui para tal concepção reducionista com o uso indiscriminado da testagem psicométrica e de teorias de bases naturalistas e evolucionistas que levaram à disseminação de um discurso patologizante; o diagnóstico tornou-se então um fim em si mesmo. Houve e ainda há uma epidemia de diagnósticos eugênicos. O propósito ideológico sob as escusas aponta para o controle e caracterização dos corpos em caixinhas, ou seja, avaliar para dizer quem são os normais e estão aptos para trabalhar em prol da engrenagem do sistema e, por fim, apontar faltas naqueles que não atingiram tal característica esperada e torná-los reféns da instrumentalização de profissionais diversos (LOPES, 2005).

A própria pedagogia aproveitou-se do discurso patologizante da psicologia para culpabilizar o aluno pelo seu completo fracasso e fugir das suas próprias

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília/UniCeub. Texto produzido na disciplina CAI Escolar I, sob orientação da Profa. Ingrid Lilian Fuhr. Participa do Projeto de extensão Maria da Penha vai às escolas e pesquisadora do PIC-PIBIC 2023/2024.

responsabilidades no que tange à aprendizagem (COLLARES e MOYSÉS, 1994). Vigotski aponta o papel fundamental do professor como organizador do ambiente social, fazendo deste um lugar fértil para a aquisição de conhecimentos. Porém, como o papel do professor na escola que segue o padrão czarista/tradicionista é o de tutor e como permanece concomitantemente, há séculos, a prática pedagógica e psicológica na assistência à deficiência por meio de uma política assistencialista, o professor e o psicólogo se veem diante do seu eminente fracasso ao tentar controlar e domesticar a diversidade humana dentro do ambiente escolar (VIGOTSKI, 2003; LOPES, 2005).

Nesse contexto, temos: o professor, que responsabiliza o aluno por seu fracasso; o aluno, que precisa ser corrigido; o psicólogo, que atua para corrigi-lo e diz que a culpa está no diagnóstico encontrado. De acordo com esse diagnóstico, existe um problema de ordem biológica que o torna anormal, atípico, divergente, deficiente etc. Palavras diferentes para dizer o mesmo, o aluno atípico não é capaz. Logo, diante de tal realidade, é esperado que o próprio deficiente não se reconheça perante os outros. Ademais, uma vez que é sempre visto pelas suas faltas, espera-se que ele se exima de suas capacidades, responsabilidades, que ocupe o lugar de vítima da escola, do psicólogo, do diagnóstico, do próprio corpo. Em suma, como apontam as pesquisas de Barra (2005) e Campos (2008), o próprio deficiente apresenta preconceitos pela deficiência e constrói uma das maiores violências do preconceito: a fragilidade de sua responsabilização ética perante ele mesmo e os outros, frailidade geradora de culpa, medos e pudores em relação à sua própria condição de existência. Por conseguinte, cabe-se indagar: como a psicologia pode propor condições para a construção da responsabilização ética frente à deficiência no ambiente escolar?

Mediante a pergunta feita, percebi-me confrontada pelo meu próprio equívoco sobre a deficiência e a diversidade humanas. Antes de ingressar no curso de Psicologia, atribua os conceitos de deficiência e diversidade na personificação da pessoa com deficiência, isto é, eu via a deficiência como algo definido pela existência da pessoa com limitações biológicas ou psicológicas. Hoje vejo que tal reflexão reside em um lugar ingênuo e reduzido perceptualmente, local do qual fui retirada por meio da filosofia de Martin Buber e da compreensão do processo dialógico. Esse conhecimento possibilitou-me a elaboração de outro modo de olhar, caminho esse que pode também orientar outras pessoas para além da visão que prevalece na psicologia e na pedagogia de cunho fatalista.

Vejamos bem, segundo Bartholo (2007), a redescoberta do processo dialógico parte do pressuposto que o Outro só existe na interação com o Eu, isso significa que a pessoa é fruto do encontro. A interação pode se dar na forma “Eu Tu” e “Eu Isso”. Na relação Eu Tu, o Eu se permite ser confrontado com todas as vulnerabilidades que lhe podem ocorrer ao se defrontar com a pessoa do Outro como um todo. Já na relação Eu Isso, o outro é visto por meio de uma análise instrumental, um mero objeto. Diante disso, o conceito de deficiência não é algo portado pelo deficiente, ele existe na relação. A relação do Eu com a alteridade vai ditar o modo como a deficiência vai ser vista, construída e tratada. Muito do que é possível constatar na sociedade frente à deficiência parte de uma atitude Eu Isso.

Campos (2008) indica, em sua pesquisa, que uma parcela significativa dos instituídos deficientes enxergam a deficiência intermediados por uma visão não fatalista, ou seja, a construção da deficiência é também fruto do tratamento social, da história, da cultura, um produto construído socialmente. Logo, penso que enxergar a figura total do Outro em um encontro pessoalmente dirigido, intenso e de mão dupla, é o primeiro passo diante da problemática da responsabilização ética. Em segundo lugar, esse encontro exige um esforço do Eu de responsabilizar-se pela sua verdade tendo como referência seu lugar autêntico diante da sua existência.

Para Buber, a verdade não é uma relação direta entre o que aparenta e a realidade, mas sim uma interpretação dentro da vivência do Eu (BARTHOLO, 2007). A meu ver a postura de matriz eussêmica se baseia e contempla a ideia de verdade do Buber. Essa visão não trata o deficiente sob a ótica do preconceito e da incapacidade, na verdade ela admite um otimismo em relação ao desenvolvimento das pessoas rotuladas de deficientes (CAMPOS, 2008). O reconhecimento da figura do Outro em uma intervenção exige uma aceitação que não admite neutralidade no discurso, ou seja, o investigador se baseia em uma posição social. A relação Eu Tu possibilita a transformação pela sua atitude radical e de intensa troca, o que vai exigir reconhecimento e acolhimento do Outro e de si mesmo a fim de horizontalizar a relação.

Para além do que já foi dito, o ato de reconhecer é perceber as semelhanças e diferenças que o Outro me apresenta, entendendo que ele tem inteira responsabilidade sobre o que deixa à mostra. É o acolhimento, que, por sua vez, significa estar junto à posição do outro, reconhecer suas limitações e suas dificuldades, mas também suas potencialidades. Logo, vale destacar, é uma ação

diferente daquilo que se entende sobre acolhimento no senso comum, em que acolher significa fazer algo pelo Outro ou uma ação de caridade; como vimos, não se trata disso, trata-se de permitir que o Outro revele o caminho. Creio eu que essa filosofia vale tanto para o desenvolvimento escolar do aluno quanto para seu desenvolvimento psicológico.

Referências

- BARRA JUNIOR, B. D. **O Preconceito da Deficiência nas relações afetivas: a constituição subjetiva de um deficiente físico**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- BRITO, I. **Desenvolvimento infantil: concepções de professores e suas implicações na manifestação do preconceito**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- CAMPOS, P. M. X. **Deficiência e preconceito: a visão do deficiente**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. **Série ideias**, v. 23, p. 25-31, 1994.
- LOPES, N. A.. **Deficiência e inclusão escolar: um estudo sobre representações sociais**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília.
- BARTHOLLO, R. Alteridade e preconceito. In: Tunes, E; Bartholo, R. (Org.). **Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência**. São Carlos: EdUFSCar, 2007
- VIGOTSKI, L. **Psicologia pedagógica - edição comentada**. Guilherme Blank (org). Trad. Claudia Shilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.